

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PELA AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGENERSA NAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE E NA APLICAÇÃO DE PENALIDADES À REGULADA EM RAZÃO DE INFRAÇÕES COMETIDAS, QUANDO FOR O CASO.

O CONSELHO-DIRETOR DA AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AGENERSA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

CONSIDERANDO que, conforme disposto no Decreto n.º 45.344, de 17 de agosto de 2015, a fiscalização exercida pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro abrange o acompanhamento e o controle das ações da CEDAE *nas áreas técnica-operacional, contábil, ~~comercial~~ e econômico-financeira*, e possibilita estabelecer diretrizes ou sustar procedimentos incompatíveis com os requisitos da prestação de serviços aludidos no artigo 2º do referido Decreto;

[Justificativa: Supressão do termo "comercial", para consonância com as determinações da Lei 4.556/05, que dispõe conforme abaixo transcrito:

Art. 4º - Compete à AGENERSA, no âmbito de suas atribuições e responsabilidades, observadas as disposições legais e pactuais pertinentes:

IV - fiscalizar, diretamente ou mediante delegação, os aspectos técnica, econômico, contábil e financeiro, sempre nos limites estabelecidos em normas legais, regulamentares ou pactuais, os contratos de concessão ou permissão de serviços públicos, aplicando diretamente as sanções cabíveis;}

CONSIDERANDO que, em decorrência das suas atribuições legais, cabe à AGENERSA estabelecer procedimentos internos que contribuam para a desejável e necessária transparência do processo de fiscalização dos serviços prestados pela CEDAE e para a visibilidade do processo de aplicação das penalidades previstas no artigo 17 do Decreto n.º 45.344 de 17 de agosto de 2015;

CONSIDERANDO o Decreto n.º 553, de 16 de janeiro de 1976, que aprova o regulamento dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Estado do Rio de Janeiro prestados pela CEDAE;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico;

~~CONSIDERANDO que, em decorrência das suas atribuições legais, cabe à AGENERSA estabelecer procedimentos internos que contribuam para a transparência do processo de fiscalização dos serviços prestados pela CEDAE,~~

[Justificativa: Supressão de todo este parágrafo, eis que repetido].

RESOLVE:

Aprovar os procedimentos a serem adotados nas ações de fiscalização das obrigações legais da CEDAE, bem assim regulamentar a aplicação das penalidades, em razão de infrações cometidas por ela, na forma abaixo:

TÍTULO I

DA AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.º. A ação de fiscalização tem por objetivo conhecer as condições, os instrumentos e os procedimentos utilizados pela CEDAE e zelar para que a ~~exploração dos serviços públicos de distribuição da~~ prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário na sua área de atuação, no Estado do Rio de Janeiro, se faça de forma adequada, visando, ainda, verificar o atendimento às exigências legais aplicáveis.

[Justificativa: Inclusão das palavras "*prestação*" e "*de abastecimento*" e exclusão da palavra "*distribuição*", tendo em vista que os serviços da CEDAE compreendem a operação e manutenção da captação, tratamento, adução, distribuição das redes de águas, além da coleta, transporte, tratamento e destino final dos esgotos].

Parágrafo único. A prestação de serviço adequado pressupõe a satisfação dos usuários da CEDAE, obedecendo aos princípios da eficiência, regularidade, continuidade, segurança, qualidade, generalidade, atualidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

Art. 2.º. A Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA, diretamente ou por seus prepostos devidamente credenciados, terá livre acesso, em horário previamente comunicado à CEDAE, às obras, equipamentos e instalações utilizados na execução dos serviços, observadas as pertinentes normas de segurança e medicina do trabalho, bem assim aos registros ~~contábeis e financeiros~~ da contabilidade regulatória, conforme o disposto no Art. 16 e § único do Decreto 45.344/2015, e aos estudos

técnicos da CEDAE, podendo dela requisitar as informações e dados necessários para aferir a correta execução dos serviços prestados.

[Justificativa: Foi equiparada a redação do artigo supra com o texto do Inciso X do Artigo 3º do decreto 45.344/2015, para que não haja divergências entre as duas normas, já que o citado decreto serve de base para a regulamentação da regulação da CEDAE pela AGENERSA. E ainda, para que não haja discordância com as determinações da Lei 4.556/05, que dispõe conforme abaixo transcrito:

Art. 4º - Compete à AGENERSA, no âmbito de suas atribuições e responsabilidades, observadas as disposições legais e pactuais pertinentes:

IV - fiscalizar, diretamente ou mediante delegação, os aspectos técnico, econômico, contábil e financeiro, sempre nos limites estabelecidos em normas legais, regulamentares ou pactuais, os contratos de concessão ou permissão de serviços públicos, aplicando diretamente as sanções cabíveis;]

[Justificativa: Adequação da parte final do artigo ao disposto no Art. 16 e § único do Decreto 45.344/2015]

§ 1º. A ação de fiscalização da AGENERSA não diminui ou exime as responsabilidades da CEDAE, especialmente no que tange à qualidade dos serviços, adequação das suas obras e instalações, correção e legalidade de seus registros contábeis e de suas operações financeiras e comerciais, e quanto às consequências da eventual não observância da legislação ambiental vigente.

§ 2º. Para fins das ações de fiscalização praticada por esta AGENERSA, consideram-se as definições técnicas previstas no art. 2º do Anexo ao Decreto 553, de 16 de janeiro de 1976.

CAPÍTULO II

DOS TIPOS DE PROCEDIMENTO

Art. 3º. A ação de fiscalização é direito permanente, aplicando-se técnicas e procedimentos à base de amostragem, conforme critérios a serem definidos pela Câmara técnica competente, salvo em se tratando de denúncias ~~e reclamações~~, que serão previamente avaliadas pela Agência, ~~podendo ser programada ou emergencial, ou transcorrer à distância, por meio de solicitações encaminhadas formalmente em correspondências específicas.~~

- I- Ação de fiscalização de que trata o caput poderá ser programada ou emergencial, ou transcorrer à distância, por meio de solicitações encaminhadas formalmente em correspondências específicas da AGENERSA.

Justificativa₁: Inclusão do termo “direito” para retirar a ambiguidade da expressão, eis que o ato fiscalizatório possui prazo de término, sendo permanente somente o direito da Agência de fiscalização em sentido amplo.

[Justificativa₂: Supressão do termo “reclamações”, eis que devem ser enquadradas no critério de amostragem, e inclusão da expressão “denúncias, que serão previamente avaliadas pela Agência” sob pena de a fiscalização de todo e qualquer fato derivado de reclamação ou denúncia acabar por inviabilizar a eficaz prestação dos serviços, tendo em vista a amplitude territorial e operacional da CEDAE.]

[Justificativa₃: Inclusão da Câmara técnica competente para definição de critérios de amostragem, conforme Art. 28 V do Regimento Interno da AGENERSA.]

[Justificativa₄: Inclusão do Inciso I para maior clareza na disposição das hipóteses, e em virtude das inclusões de sugestões da CEDAE no caput do artigo].

§ 1º A ação de que trata o caput do art. 3º será realizada pelos servidores da própria AGENERSA, ou por prepostos, sendo esses últimos, pessoas físicas ou jurídicas credenciadas pela Agência Reguladora junto à CEDAE para o fim de fiscalização.

§ 2º. A AGENERSA, pelo Gerente da Câmara de Saneamento ou da Câmara Técnica de Política Econômica e Tarifária – CAPET, ou por servidor(es) por este(s) designado(s) para esse fim, deverá apresentar à Concessionária relação nominal dos seus prepostos credenciados para a realização da ação de fiscalização, informando às Concessionárias sempre que houver mudanças na citada relação, a qual deverá ser renovada no primeiro dia útil dos meses de janeiro e julho de cada exercício civil, ou quando necessário.

§ 3º. Os agentes da AGENERSA que estiverem no exercício da ação de fiscalização nas dependências ou áreas de atuação da CEDAE deverão apresentar, no caso de serem servidores da Agência, a sua identidade funcional e, em se tratando de prepostos da AGENERSA, relacionados na forma do § 1º deste artigo, documento que possibilite a sua identificação.

[Justificativa: Inclusão de áreas, onde a CEDAE tem atuação embora fora de suas dependências].

§ 4º. Na ação de fiscalização programada realizada nas dependências ou área de atuação da CEDAE, a AGENERSA deverá apresentar à regulada documento contendo a programação da mencionada ação de fiscalização, relacionando eventos e periodicidades, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas horas) horas do início do período de fiscalização, devendo constar no citado documento, cujo modelo se encontra no Anexo IV:

[Justificativa₁: Aumento do prazo para viabilizar a alocação de profissionais tecnicamente habilitados para acompanharem as equipes de fiscalização, e esclarecer eventuais questionamentos sobre as rotinas operacionais dentro da Companhia, tendo em vista trata-se de Concessionária que se destaca em razão de grande amplitude operacional].

[Justificativa₂: Inclusão de modelo para o documento (Anexo IV), a fim de facilitar o entendimento do procedimento].

[Justificativa₃: Inclusão de áreas onde a CEDAE atua, embora fora de suas dependências].

- I. o local, os objetivos e as datas previstas para início e término de cada evento objeto da ação de fiscalização, além dos horários diários em que a ação se dará;
- II. identificação do agente responsável pela ação de fiscalização, com a indicação da sua origem, se da própria AGENERSA ou se credenciado para o fim da fiscalização, e, em todos os casos, o cargo que ocupa, seu número telefônico funcional e, se for o caso, seus endereços físico e eletrônico funcionais;
- III. identificação de todos os demais integrantes da equipe de fiscalização, na forma do inciso II, se for o caso.

§ 5º. Na ação de fiscalização emergencial, realizada em dependências ou áreas de atuação da CEDAE, que poderá ocorrer quando a situação ou o fato a ser fiscalizado exigir a ação em caráter de urgência para comprovar ou afastar, imediatamente, suspeita de irregularidade, que de acordo com critérios objetivos a serem estabelecidos pela AGENERSA é capaz de causar prejuízo à qualidade dos serviços e/ou à segurança de pessoas e/ou bens. As providências prévias e os prazos fixados para o caso de fiscalização programada, previstos no §4º, poderão, a critério da AGENERSA, ser dispensados, devendo ser a CEDAE comunicada em tempo hábil para que possa garantir a integridade e segurança da fiscalização.

[Justificativa₁: Inclusão de áreas, onde a CEDAE atua embora fora de suas dependências].

[Justificativa₃: Inclusão da expressão “que de acordo com critérios objetivos a serem estabelecidos pela AGENERSA é”. A referida inclusão se dá pela necessidade de que os critérios estabelecidos de irregularidade capaz de causar prejuízo à qualidade dos serviços e/ou à segurança de pessoas e/ou bens, passíveis de fiscalização emergencial, possam ser também aferíveis pela Regulada].

[Justificativa₃: Inclusão da parte final do inciso, visando garantir a segurança da equipe de fiscalização da AGENERSA, uma vez que condições de emergência podem incluir incêndios, inundações, emergências operacionais e qualquer outra que, por sua magnitude e características, poderão oferecer condições de perigo à fiscalização da Agência se não houver aviso prévio à CEDAE para esta possa garantir a integridade e segurança adequadas à fiscalização).

§ 6º. Nos casos previstos no parágrafo anterior, cumulativamente com as exigências contidas no § 3º deste artigo, o agente responsável pela ação de fiscalização deverá apresentar à fiscalizada, no ato da fiscalização, comunicação por escrito contendo as razões da urgência, em duas vias, ficando a primeira em poder da CEDAE e a segunda em poder do próprio agente de fiscalização, com a devida assinatura de recebimento pelo(s) empregado(s) da regulada, responsável(is) pelo acompanhamento do agente de fiscalização.

§ 7º. Os procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa, relativos à ação de fiscalização nas dependências ou áreas de atuação da CEDAE não têm o condão de alterar ou isentar - lá das suas obrigações fixadas em lei e nos Contratos firmados com os municípios onde presta serviço.

Art. 4º. O responsável pela ação de fiscalização poderá:

- I. adiar o seu início ou prorrogar a sua duração, devendo, em ambos os casos, apresentando à AGENERSA e à CEDAE – a esta no caso de fiscalização programada, exposição de motivos que justifiquem a mudança, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, respectivamente, do início ou do término do evento ou da ação de fiscalização;
- II. solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos e documentos à fiscalizada;
- III. reiterar suas solicitações quando as considere não atendidas ou atendidas de forma insatisfatória;
- IV. fixar ou prorrogar prazos para o atendimento de suas solicitações.

Art. 5º. Concluída a ação de fiscalização, ou cada fase ou evento, o técnico responsável fará um Relatório de Fiscalização, cujo modelo se encontra no Anexo I, e deverá conter:

- I. identificação e endereço da fiscalização;
- II. objetivo da ação de fiscalização;
- III. período em que foi realizada a ação de fiscalização;
- IV. fatos relevantes verificados;
- V. normas aplicáveis;
- VI. determinações e recomendações feitas à CEDAE;
- VII. identificação e assinatura do responsável pela ação de fiscalização;
- VIII. local e data de elaboração do Relatório de Fiscalização.
- IX. O tipo de ação de fiscalização, programada ou emergencial ou transcorrida à distância, conforme as modalidades do art. 3º desta Instrução Normativa.

[Justificativa: Inclusão do Inciso, em virtude da necessidade de determinação do procedimento em relação a todas as modalidades de ações de fiscalização que poderão desencadear em penalidades, dispostas no art. 3º desta Instrução Normativa, propiciando clareza às etapas seguintes, atendendo, desta forma, o Devido Processo Legal.]

Parágrafo único. O Relatório de Fiscalização deverá ser entregue à Gerência da Câmara de Saneamento ou da Câmara Técnica de Política Econômica e Tarifária – CAPET, de acordo com o assunto, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados do término da ação de fiscalização.

Art. 6º. Recebido o Relatório de Fiscalização citado no parágrafo único do art. 5º, o Gerente da Câmara de Saneamento ou da Câmara Técnica de Política Econômica e Tarifária – CAPET, ou, ainda, o(s) servidor(es) por ele(is) indicado(s) para esse fim, na hipótese de haver irregularidades informadas no Relatório de Fiscalização, deverá(ão) lavrar o Termo de Notificação (TN), com base no modelo incluído no Anexo II, em duas vias, contendo, no que for cabível: identificação do agente de fiscalização;

- I. nome, endereço e CNPJ da notificada;
- II. descrição dos fatos levantados;
- III. determinação de ações a serem empreendidas pela notificada, com seus respectivos prazos;
- IV. identificação do servidor responsável pela lavratura do “Termo de Notificação (TN)” com seu cargo, número de matrícula e assinatura;
- V. local e data e hora da lavratura.
- VI. número do Relatório de Fiscalização.

[Justificativa: Inclusão do inciso para facilitar a possível rastreabilidade entre o Termo de Notificação e o Relatório de Fiscalização, atendendo assim ao Princípio do Devido Processo Legal].

§ 1º. Uma via do Termo de Notificação deverá ser entregue contra recibo ao representante legal da CEDAE ou ao seu procurador habilitado, para conhecimento, acompanhada de cópia do Relatório de Fiscalização.

§ 2º. A CEDAE terá o prazo ~~improrrogável~~ de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período, contados do dia útil seguinte ao recebimento do Termo de Notificação, para manifestar-se sobre o objeto do mesmo, inclusive juntando comprovantes que julgar convenientes.

[Justificativa: Inclusão da possibilidade de prorrogação do prazo em função da abrangência territorial da CEDAE e amplitude operacional, com devida justificação da Concessionária, a fim de possibilitar o atendimento da referida notificação. Tal medida se dá em atendimento aos Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade].

Art. 7º. Nas hipóteses em que, na ação de fiscalização, for verificada a existência de irregularidade, o Gerente da Câmara de Saneamento – CASAN ou da Câmara Técnica de Política Econômica e Tarifária – CAPET, deverá providenciar a instauração de processo regulatório, cuja peça inicial será o Relatório de Fiscalização, seguido pelo Termo de Notificação, devendo, ainda, instruí-lo com parecer técnico consubstanciado sobre a ação de fiscalização e seus resultados.

TÍTULO II

DAS PENALIDADES

CAPÍTULO I

DA LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO [AII]

Art. 8º. Se, da apreciação do mérito, o Conselho Diretor da AGENERSA decidir, nos autos do processo regulatório instaurado na forma do art. 7º, que a CEDAE efetivamente incorreu em infração, nos termos da lei e/ou normas internas desta Agência, determinará à Secretaria Executiva, em conjunto com a Câmara Técnica pertinente ao assunto, a aplicação da pena cominada, por meio de lavratura de Auto de Infração, com base no modelo incluído no Anexo III.

[Justificativa: Inclusão das Câmaras técnicas competentes de acordo com sua respectiva área de atuação, conforme disposição do art. 27 II Regimento Interno da AGENERSA, e consonância com o artigo 5º § 1º desta proposta de Instrução Normativa, com atenção ao Princípio dos Ordenamentos Setoriais].

Parágrafo único. Para cada infração cometida, será lavrado um Auto de Infração, e em duas vias.

Art. 9º. Na hipótese de aplicação de penalidade por atraso no pagamento da Taxa de Regulação, compete à Secretaria Executiva lavrar, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, o Auto de Infração, que será a peça inicial do processo.

Parágrafo único. O valor da penalidade por atraso no pagamento da Taxa de Regulação será calculado de acordo com o disposto no § 2º do art. 19 da Lei Estadual nº 4.555, de 06 de junho de 2005.

Art. 10. O Auto de Infração deverá conter:

- I. o local, a data e a hora da lavratura;
- II. o nome, o endereço e o CNPJ da autuada;
- III. Os números do processo e da Deliberação que aplicou a penalidade e a data da publicação;
- IV. a descrição do fato ou do ato constitutivo da infração;
- V. o dispositivo legal e/ou regulamentar infringido e a tipificação da penalidade aplicada, segundo os termos desta Instrução Normativa, concedendo prazo de 05

[cinco] dias úteis para apresentação de eventual Impugnação, relativa à forma e teor do Auto de Infração, a contar do recebimento do mesmo;

[Justificativa: Inclusão do termo "e teor", a fim de disponibilizar a ampla defesa e contraditório da CEDAE, conforme determinação do §3º do art. 17 do Decreto 45.344/15, atendendo-se o Devido Processo Legal.]

[Justificativa: Inclusão do termo a quo do referido prazo, para maior clareza do procedimento.]

- VI. o prazo de 30 (trinta) dias para recolhimento da multa;
- VII. a identificação do servidor autuante, sua assinatura, a indicação de seu cargo e o número de sua matrícula.

Parágrafo único. Uma via do Auto de Infração será entregue contra recibo, para a notificação, ao representante legal da autuada ou ao seu procurador habilitado.

Art. 11. Dentro do prazo estipulado no inciso V do art. 10, a autuada poderá apresentar Impugnação, que terá efeito suspensivo.

Parágrafo único. A Impugnação será encaminhada ao Conselheiro-Relator do processo correspondente e será apreciada pelo Conselho Diretor da AGENERSA em Sessão Regulatória.

CAPÍTULO II

DOS TIPOS DE PENALIDADES

Art. 12. A infração às leis, aos regulamentos ou às demais normas aplicáveis a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, assim como o descumprimento de normas ou determinações estabelecidas pela AGENERSA ou pelo Poder Concedente, sujeita a Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE - às seguintes penalidades, sem prejuízo das sanções de natureza civil e penal:

[Justificativa: Inclusão das palavras "prestação" e "de abastecimento" e exclusão da palavra "distribuição", tendo em vista que os serviços da CEDAE compreendem a operação e manutenção da captação, tratamento, adução, distribuição das redes de águas, além da coleta, transporte, tratamento e destino final dos esgotos].

[Justificativa: Inclusão da palavra "Companhia", integrante do nome da Concessionária.]

- I. advertência;
- II. multa;

Parágrafo Único. As penalidades indicadas serão aplicadas diretamente pela AGENERSA, nos termos fixados em lei, segundo as normas disciplinadas nesta Instrução Normativa.

Seção I

DAS PENALIDADES DE ADVERTÊNCIA E MULTA

Art. 13. As penalidades de advertência e/ou multa devem ser aplicadas mediante decisão fundamentada da AGENERSA, tomada em Processo Regulatório instaurado na forma do art. 7º, assegurado o direito à ampla defesa e ao devido processo legal, nos termos da lei, do Regimento Interno e desta Instrução Normativa.

Art. 14 - Os valores das multas serão determinados mediante aplicação dos seguintes percentuais sobre o valor da arrecadação da Concessionária, correspondente aos últimos 12 (doze) meses anteriores à prática da infração:

GRUPO I – Até 0,01 % (um centésimo por cento);

GRUPO II – Até 0,04 % (quatro centésimos por cento);

GRUPO III – Até 0,07 % (sete centésimos por cento);

GRUPO IV – Até 0,10% (um décimo por cento).

[Justificativa: Alteração da base de cálculo para multa, substituindo faturamento por arrecadação, para consonância com o disposto no art. 17 § 2º do Decreto 45.344/15.]

§ 1º - Na atualização monetária do montante do faturamento apurado nos 12 (doze) meses anteriores à ocorrência da falta punida com a aplicação da multa, será utilizado o IGP-M;

§ 2º - Os valores das multas, vencidas e não pagas, serão atualizados pela incidência correspondente à variação *pro rata die* da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, a partir do vencimento da obrigação até seu efetivo recolhimento;

[Justificativa: Adequação do Inciso ao disposto no art. 17 §4º do Decreto 45.344/15.]

§ 3º - Considera-se praticada a infração no dia do efetivo ilícito ou, quando impossível a exata apuração dessa data, o dia em que a AGENERSA obteve ciência da infração.

Art. 15. Sem prejuízo do disposto em lei, a CEDAE estará sujeita à penalidade de ADVERTÊNCIA sempre que:

- I. sem justo motivo, deixar de encaminhar à AGENERSA dados estatísticos sobre a produção, comercialização e consumo dos serviços prestados, o balanço trimestral, bem como as demonstrações financeiras de cada exercício e demais informações e documentos relativos a cada exercício social e quaisquer documentos e informações pertinentes requisitados pela AGENERSA;
- II. deixar de comunicar aos usuários, com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias da sua efetiva aplicação, os novos valores das tarifas, sempre que estas forem revisadas.

Art. 16. Sem prejuízo do disposto em lei, a CEDAE estará sujeita à penalidade de ADVERTÊNCIA ou MULTA do GRUPO I sempre que, sem justo motivo:

- I. deixar de prestar contas à AGENERSA da ~~gestão~~ prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

[Justificativa: Sugerimos a troca do termo "gestão" por "prestação", para que não haja interferência na autonomia de gestão da Concessionária.]

- II. ~~deixar de informar aos usuários as condições e a localização da rede atual de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como dos seus planos e cronogramas de expansão, de modo a informar e atrair novos clientes para as áreas com serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário;~~

[Justificativa: Sugerimos a supressão deste inciso, tendo em vista a impossibilidade fática de comunicação aos usuários de tamanha gama de informações, além de constituírem dados que por sua natureza podem interferir na prestação eficiente dos serviços se acessíveis diretamente ao grande público. Exemplo: Informação da localização das redes atuais aos usuários desencadeando ligações irregulares.]

- III. deixar de prestar aos usuários esclarecimentos sobre a prestação dos serviços;

[Justificativa: Sugerimos a troca de localização deste inciso, devendo situar-se no art. 15 supra, tendo em vista que tal conduta não corresponde à mesma magnitude das outras condutas descritas no Art. 16. Ademais, o inciso não descreve claramente a conduta passível de punição e não traz prejuízo significativo ao usuário que justifique a aplicação da sanção de multa.]

- IV. deixar de dispor dos meios indispensáveis, gratuitos e eficazes, para as comunicações das falhas ou irregularidades na prestação dos serviços, ou de eventuais atos ilícitos praticados por seus empregados, agentes ou prepostos;

[Justificativa: Sugestão de acerto de erro de digitação.]

- V. deixar de manter serviço permanente, gratuito e eficaz para recebimento de denúncias de vazamento de água e tratamento irregular de esgoto, ou de quaisquer outros fatos suscetíveis de acarretar risco e reclamações e/ou deixar de divulgar amplamente ao público a existência desse serviço, e/ou deixar de manter banco de dados contendo o registro das denúncias e reclamações à disposição do Estado e da AGENERSA;
- VI. deixar de realizar programas de treinamento de seus recursos humanos, de modo a assegurar, permanentemente, a melhoria da qualidade e maior eficiência na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- VII. deixar de instalar e manter, ~~por sua conta~~, sistema de medição de consumo;

[Justificativa: Supressão do termo "*por sua conta*", para evitar a confusão entre a obrigatoriedade de manutenção e custeio, dentre as atribuições da CEDAE e dos usuários.]

[Justificativa: Sugerimos a troca de localização deste inciso, devendo situar-se no art. 15 supra, tendo em vista que tal conduta não corresponde à mesma magnitude das outras condutas descritas no Art. 16. Ademais, existem situações tecnicamente justificáveis para ausência de sistema de medição de consumo que não causam prejuízo ao usuário.]

- VIII. deixar de realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções ~~necessárias~~ essenciais à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar os requisitos da prestação dos serviços aludidos no artigo 2º do Decreto n.º 45.344, de 17 de agosto de 2015.

[Justificativa: Troca do termo "necessárias" pelo termo "essenciais" visando compatibilizar a redação ao contido no Art. 4º XIII da Lei 4.556/05.

Art. 17. Sem prejuízo do disposto em lei, a CEDAE estará sujeita à penalidade de ADVERTÊNCIA ou MULTA do GRUPO II sempre que, sem justo motivo:

- I. deixar de atender pedidos de fornecimento a usuários, desde que satisfeitas as condições de rentabilidade e viabilidade técnica, podendo a CEDAE deixar de atender aos novos pedidos de fornecimento na hipótese de ameaça à segurança e naquelas em que seja obrigada a realizar investimentos por ela não previsto no sistema de distribuição; ficando ajustado que, caso se faça pertinente a participação direta do consumidor no investimento necessário para atender ao próprio pedido de fornecimento, a CEDAE o comunicará e apresentará ao usuário orçamento detalhado dos valores a serem pagos.
- II. deixar de manter em dia o inventário e registro dos bens;
- III. impedir aos encarregados da fiscalização do Poder Concedente e da AGENERSA, livre acesso, *em horário previamente comunicado à CEDAE*, às obras, equipamentos e instalações utilizados na execução dos serviços, *observadas as pertinentes normas de segurança e medicina do trabalho*, bem assim aos ~~registros contábeis e financeiros da~~ contabilidade regulatória e aos estudos técnicos da CEDAE, conforme o disposto no Art. 16 e § único do Decreto 45.344/2015.

[Justificativa: Foi equiparada a redação do artigo supra com o texto do Inciso X do Artigo 3º do decreto 45.344/2015, para que não haja divergências entre as duas normas, já que o citado decreto serve de base para a regulação da CEDAE pela AGENERSA, e ainda, para que não haja discordância com as determinações da Lei 4.556/05, Art. 4º IV.]

[Justificativa: Adequação da parte final do artigo ao disposto no Art. 16 e § único do Decreto 45.344/2015]

- IV. deixar de participar, quando convocada, do planejamento setorial e da elaboração dos planos de expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, implementando e fazendo cumprir as recomendações técnicas e administrativas decorrentes desses planos;

[Justificativa: Necessidade de maior clareza na redação do inciso para atendimento ao Princípio do Devido Processo Legal e para propiciar a Ampla Defesa e o Contraditório da CEDAE].

- V. deixar de captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços públicos, ressalvada a competência do Estado quanto a definição das políticas setoriais, e o equilíbrio económico-financeiro dos contratos de prestação dos serviços;

[Justificativa: Inclusão da parte final grifada no inciso, em virtude da necessidade de que as obrigações mencionadas não permitam incidir no equilíbrio económico-financeiro dos contratos de prestação dos serviços refletindo em sua execução, bem como para consonância com o Art. 4º XIII da Lei 4.556/05.]

- VI. deixar de atingir qualquer uma das Metas de Qualidade e Segurança estabelecidas por esta AGENERSA, de acordo com os limites estabelecidos pelo o Art. 4º XIII e XIV da Lei 4.556/05, nos prazos e condições lá fixados, ou em novos prazos fixados pela AGENERSA, aplicando-se, nesses casos, uma penalidade de multa para cada item desatendido;

[Justificativa: Inclusão da parte grifada no inciso para adequação com o disposto nos Art. 4º incisos XIII e XVI da Lei 4.556/05.]

- VII. condicionar a ligação ou religação da unidade de consumidor do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao pagamento de valores não previstos no contrato de adesão ou à débitos não imputáveis ao usuário;
- VIII. interromper, por decisão própria, a prestação dos serviços, salvo nas hipóteses do artigo 6º do Decreto n.º 45.344, de 17 de agosto de 2015;
- IX. restringir ou interromper a prestação dos serviços nos casos de força maior sem a comunicação, às partes afetadas, do evento ocorrido, e em tempo e por meio hábil, ressalvadas as hipóteses de necessidade de atuação imediata, devidamente justificada pela Concessionária.

[Justificativa: Inclusão da parte final grifada no inciso, para ressalva das hipóteses em que, pela urgência de atuação não haja o tempo hábil para a comunicação.

Art. 18. Sem prejuízo do disposto em lei, a CEDAE estará sujeita à penalidade de ADVERTÊNCIA ou MULTA do GRUPO III sempre que, sem justo motivo:

- I. deixar de adotar, nos prazos estabelecidos pela AGENERSA, as providências indicadas para restabelecer a regularidade ou garantir a qualidade e eficiência dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- II. deixar de indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- ~~III. interromper ou suspenderem o serviço por razão não existente entre as razões relacionadas nos 5º do Decreto n.º 45.344, de 17 de agosto de 2015.~~

[Justificativa: Sugerimos a supressão de todo o inciso, visto que semelhante ao disposto no VIII do art. 17 supra.

- IV. exigir o pagamento antecipado em casos não previstos na legislação vigente;
- ~~V. alienar ou onerar direitos creditórios contra os usuários de forma a comprometer a operação e a continuidade da prestação dos serviços;~~

[Justificativa: Sugerimos a supressão do referido inciso por interferência na autonomia da empresa, já que impede alienar ou onerar direitos creditórios de forma a comprometer a operação e a continuidade da prestação dos serviços. Tal análise, a princípio, deve ser feita pela própria Companhia junto aos seus acionistas. Isso porque a Cedae, tendo sido constituída sob a forma de sociedade anônima, com natureza de empresa estatal não dependente, possui autonomia para decidir sobre a alienação e oneração de seus créditos, devendo gerir seus recursos de maneira a beneficiar tanto a empresa como seus acionistas, sem prejudicar os usuários do serviço.

- VI. cobrar dos usuários tarifas não previstas na legislação, ou praticar tarifas em valores superiores aos autorizados pela AGENERSA;

Art. 19. Sem prejuízo do disposto em lei, a CEDAE estará sujeita à penalidade de ADVERTÊNCIA ou MULTA do GRUPO IV sempre que, sem justo motivo:

- I. deixar de ~~celebrar contratos~~ adquirir materiais que assegurem o suprimento de matéria-prima;

[Justificativa: a Lei 8666/93 em seu art. 62, §4º prevê que aquisição de material para pronta entrega que não resultem em obrigações futuras poderá ser feita com dispensa de formalização de contrato.

- II. Inclurem ou restabelecerem a prestação dos serviços antes das instalações do usuário terem sido aprovadas;

[Justificativa: Necessidade de maior clareza na redação do inciso.

- ~~III. deixar de observar as normas legais e regulamentares sobre a preservação do meio ambiente no exercício da sua atividade;~~

[Justificativa: Exclusão do inciso III do Artigo 19, pois o Decreto 45.344/05, no parágrafo único do artigo 15º estabelece que "A regulação mencionada no caput deste artigo não abrangerá questões relacionadas ao meio ambiente e à qualidade da água que, conforme a legislação vigente, ficarão a cargo dos órgãos ambientais estaduais e federais responsáveis por essa fiscalização".

- IV. deixar de cumprir e/ou deixar de fazer cumprir as normas legais e regulamentares dos serviços, inclusive as normas da AGENERSA, respondendo, perante o Estado, a AGENERSA, os usuários e terceiros pelas eventuais consequências danosas da exploração dos serviços.

[Justificativa: Necessidade de maior clareza na redação do inciso, em relação à forma de responsabilização perante o Estado, a AGENERSA, os usuários e terceiros que gerará a penalidade, assegurando-se assim a Ampla Defesa e o Devido Processo Legal.]

[Justificativa: Necessidade de adequação aos casos de feriados prolongados, tendo em vista tratarem-se de prazos diminutos, incompatíveis com a dimensão territorial e inexistência de plantão administrativo da Concessionária.]

Art. 26. Quando não estiverem estipulados especificamente nesta Instrução Normativa, os prazos e os procedimentos a serem adotados para as providências aqui estabelecidas serão aqueles fixados na legislação que regulamenta a AGENERSA.

Art. 27. Os casos omissos e eventuais dúvidas suscitadas na aplicação desta Instrução Normativa serão resolvidos pelo Conselho Diretor, suspendendo-se os prazos eventualmente em curso.

[Justificativa: Adequação dos casos em, a manifestações da Concessionária com prazos em curso dependam diretamente da elucidação de casos omissos e eventuais dúvidas.]

Art. 28. Esta Instrução Normativa entrará em vigor **90** [noventa] dias após sua publicação no Diário Oficial, revogadas as disposições em contrário.

[Justificativa: Sugestão de aumento do prazo de início de vigência da Instrução Normativa, a fim de atender a necessidade de disposição de período razoável para adaptação, disposta no art. 17 VIII do Decreto 45.344/15].

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2016.

JOSÉ BISMARCK VIANNA DE SOUZA
Conselheiro-Presidente

LUIGI EDUARDO TROISI
Conselheiro

MOACYR ALMEIDA FONSECA
Conselheiro

ROOSEVELT BRASIL FONSECA
Conselheiro

SILVIO CARLOS SANTOS FERREIRA
Conselheiro

De: evanildepessoa@cedae.com.br em nome de Presidência CEDAE [pres@cedae.com.br]
Enviado em: sexta-feira, 26 de fevereiro de 2016 15:27
Para: consultapublica@agenersa.rj.gov.br
Assunto: Fwd: Contribuições para Consulta Pública - Processo nº E-12/003/494//2015
Anexos: CONTRIBUIÇÕES PARA CONSULTA PÚBLICA _IN FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES.pdf

Prezados boa tarde,

Cumprimento-o respeitosamente, sirvo-me do presente para, em atenção a Consulta Pública aberta, enviar tempestivamente, conforme arquivo em anexo, as contribuições referentes ao Processo nº E-12/003/494//2015 - **"Tema: PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PELA AGENERSA NAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS DA CEDAE E NA APLICAÇÃO DE PENALIDADES À COMPANHIA, EM RAZÃO DE INFRAÇÕES COMETIDAS, QUANDO FOR O CASO."**, como forma de colaboração para a regulação prevista na Lei nº 4.556/2005 e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 45.344/2015.

Informo que as alterações e suas respectivas justificativas estão dispostas em vermelho.

Atenciosamente,

Presidente Jorge Briard

